



2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

A crise da democracia liberal e os novos movimentos democráticos

Davide Giacobbo Scavo¹

Emanuely Medeiros Bezerra²

Resumo: Este trabalho procura alcançar basicamente dois objetivos. Primeiramente reconstruir criticamente o processo de afirmação e consolidação do regime democrático liberal, reduzindo o conceito de democracia a mera normalização das instituições, limitando o ingresso do cidadão comum no processo de tomada de decisões e garantindo a autonomia dos representantes frente aos representados. No segundo objetivo reflete-se sobre a atual crise que está afetando as democracias liberais ao redor do mundo, abrindo-se novos horizontes políticos que possibilitem a participação do cidadão comum no processo de tomada de decisões sobre o seu próprio destino

Palavras-chaves: democracia; liberalismo; participação.

Abstract: This work basically achieve two goals. Critically investigate about the affirmation and consolidation process of the liberal democratic regime, limiting the entry of normal citizen in decision-making, believing in the market as a mediating body in regulating of the different life spheres of social. Starting from the critical liberal democracy, it discussed the concept of popular participation in the democracy, searching new democratically horizons, where the masses could have the opportunity to make decisions about their own destiny.

Key-word: democracy; representation; participation

Introdução

O pensador italiano Norberto Bobbio afirma logo no início do “Dicionário de Política” que “a linguagem política é notoriamente ambígua. A maior parte dos termos usados no discurso político tem significados diversos”, conhecendo uma “longa série de

¹ Doutor em Ciências Sociais UFRN

² Mestranda em Ciências Sociais UFRN

mutações históricas” (BOBBIO et al, 2004:8). Acreditamos que este seja o caso da palavra “democracia”, e o fato de, hoje, a maioria dos países do mundo se declarar favorável à democracia e de quase todos os representantes políticos se dizerem democratas não torna a democracia um valor mais claro, podendo-se simplesmente constatar que é um valor majoritário. Após a Segunda Guerra Mundial, o regime democrático-liberal se alastrou entre os países ocidentais, espalhando-se com grande rapidez, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991. Se em 1974 apenas 28 por cento dos países do mundo se reconheciam como democracias, no ano 2000, cento e seis países, entre os cento e quarenta e nove membros da ONU, se declaravam democráticos (DIAMOND; PLATTNER, 2001).

Nos últimos o regime democrático liberal está vivendo uma profunda crise de legitimidade e consenso popular. Apesar do grande sucesso que o regime democrático liberal ainda obtém entre as instituições e os partidos políticos, percebe-se uma preocupante desafeição por parte do cidadão comum, diminuindo sensivelmente o número de votantes e as filiações partidárias, espalhando-se um sentimento de desconfiança pela classe política na sua totalidade, independentemente da posição ideológica defendida. O bem-estar do capital se tornou a principal referência das democracias contemporâneas, que, descumprindo todas as promessas de liberdade, igualdade e fraternidade, legitimaram o desmantelamento das conquistas sociais, a reconfiguração dos direitos trabalhistas, a privatização do bem público e a “publicização” do bem privado.

A acentuação da crise econômica em 2008 aumentou as tensões não resolvíveis, os enfrentamentos e as lutas entre as necessidades do povo soberano e as limitações impostas pelo capital. A maioria das democracias enfrentou a crise de modo autoritário, atuando através de um processo constituinte, mas não democrático, tomando forma uma constitucionalização pelo alto, sem legitimação popular, buscando estabelecer condições de acumulação do capital, sempre mais vantajosas para as classes dominantes. Embora a classe dominante seja diversificada, corporativa, financeira, comercial, industrial, no conspirando necessariamente como classe e havendo frequentes tensões entre eles, “ainda assim, há entre todas, certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens a serem obtidas” com esta forma de democracia (HARVEY,

2008:44). A dimensão da soberania do capital ultrapassa os confins nacionais, subordinando as políticas econômicas nacionais aos interesses das grandes multinacionais e à chantagem do rating nas mãos de *Moody's*, *Standard & Poor's* e outras análogas organizações. A imposição do capital financeiro se apresenta como uma sorte de “teologia econômica”, lembrando da expressão de Walter Benjamin, assumindo um caráter de verdadeira religião, tornando-se um objeto de culto. O individualismo competitivo se afirmou como verdadeiro e próprio modelo antropológico da democracia liberal, atuando livremente “sobre uma ficção de pseudoigualdade que inocenta a desigualdade real”, apresentando uma imagem paradisíaca e irreal que oculta as reais diferenças de classe e de condição social (BORON, 2006:321).

Nesse contexto, o crescimento da desigualdade não é um fenômeno ocasional e passageiro, representando sua substância e seu coração, pois o bem estar dos mercados substituiu o bem estar do povo, introduzindo “uma nova classe dominante, que conta com poucas dezenas de milhares de indivíduos no mundo todo, de 60.000 até 120.000, chegando até 500.000 se contamos os managers dos fundos menores” (GALLINO 2012: 67). São aqueles que Luís Sepúlveda definiu como “o miserável 1% da humanidade que se está apropriando dos 99% da riqueza do planeta, eufemisticamente chamado de mercado” (SEPÚLVEDA, 2012) . Neste modelo de democracia, constata amargamente o filósofo Alan Badiou:

(...) o cidadão comum deve “entender” que é impossível resolver o déficit da previdência social, mas é imperativo encher com bilhões incontáveis o buraco financeiro dos bancos. Tem que aceitar melancolicamente que ninguém mais acredite que seja possível nacionalizar uma fábrica acossada pela concorrência, uma fábrica que emprega milhares de operários, mas que seja óbvio nacionalizar um banco que perdeu dinheiro devido à especulação (ZIZEK, 2011:73).

A consolidação da democracia liberal

O regime democrático liberal se afirmou no século XX como um conjunto de regras e procedimentos que garantem a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais e uma limitada participação política dos cidadãos, restrita aos canais institucionais de representação – como o direito de votar e de ser votado –, limites e âmbitos apresentados como o fim de toda a aspiração democrática. O processo de aproximação entre liberalismo e democracia teve seu alto custo, implicando uma

domesticação da democracia para torná-la compatível com as exigências do liberalismo, operando exclusivamente na esfera política e abandonando qualquer ideal igualitário e carga emancipatória. A definição “democracia liberal” previu a desvalorização do conceito originário de democracia, limitando a participação popular e esvaziando seu conteúdo social, afirmando-se como um método político sem efeito sobre as desigualdades e as relações de dominação e de exploração econômica.

A democrática liberal se afirmou como um regime procedimentalista, caracterizado pelo cumprimento de alguns procedimentos formais que deveriam regulamentar os conflitos sociais através da competição política, expandindo o direito voto, como forma privilegiada de participação política. Entre os principais teóricos da teoria democrática procedimental lembramos de Weber (1864–1920), Schumpeter (1883–1950), Popper (1902-1994), Kelsen (1881–1973), Lipset (1922-2006), (Bobbio, 1909-2004), Dahl (1915), Sartori (1924) e numerosos outros pensadores contemporâneos, conservadores e progressistas.

Frente ao inevitável processo de democratização da vida política alemã, o sociólogo alemão Max Weber defendia um projeto de democracia que tivesse como fim a seleção de líderes cesaristas, incentivando a eleição do presidente da república através o sufrágio universal e direto (WEBER, 1980). Alguns anos depois Schumpeter desenvolveu o pensamento weberiano, desvinculando a teoria democrática de qualquer relação entre meios e fins, identificando a democracia com um método de escolha popular entre diferentes elites. A definição moderna de democracia não implicaria algum ideal, nem alguma noção de responsabilidade cívica ou difundida participação política, nem ideias acerca da liberdade e igualdade, que foram ingredientes das velhas definições de democracia, mas implicariam apenas procedimentos e regras (SCHUMPETER, 1984).

Kelsen apresenta a democracia moderna como um procedimento da ordem jurídica estatal, despida de valores éticos e conteúdos pré-definidos. A democracia moderna não aspira ser a "melhor forma de governo", mas um procedimento para garantir o funcionamento da sociedade, devendo ser entendida como “um método específico de criação e aplicação do ordenamento social”. Este é o critério distintivo “desse sistema político ao qual se chama propriamente democracia” (KELSEN 1998:210)

Popper, em “A sociedade aberta e os seus inimigos” (1974), adverte que os objetivos ideais da democracia constituem uma ameaça para o seu funcionamento, assim, apesar de ser a forma ideal de governo, na prática política, é necessário descartar seus princípios e aplicar suas regras, para garantir o seu real funcionamento. Na mesma linha, Lipset afirma que democracia não é “um meio com o qual diferentes grupos possam conseguir seus fins ou perseguir a boa sociedade”, mas simplesmente, “o funcionamento mesmo da sociedade”, através seus procedimentos e regras (LIPSET, 1963:390).

Bobbio reduz a democracia a uma técnica para autorreproduzir-se através das famosas "regras do jogo". As definições procedimentais se tornam fundamentais para garantir o funcionamento da democracia, pois nenhum discurso sobre as formas de governo pode prescindir das regras do jogo, que pertencem às regras constitutivas e não às regras reguladoras, limitando-se a disciplinar os comportamentos, criando os alicerces da democracia moderna, disciplinando seu macro funcionamento, não sendo cogitável a existência da democracia fora destas regras (BOBBIO, 1983:59).

Segundo Dahl, o ideal clássico da democracia é elevado demais para que se possa realizar na sociedade capitalista, sendo a "poliarquia" sua tradução mais apropriada, em contextos territoriais de larga escala. A característica-chave da “poliarquia” é o elevado grau de competição política, possibilitando a alternância no poder entre rivais eleitorais (DAHL, 1997:25). Na opinião de Sartori, a democracia é um “método” ou “procedimento” para garantir a estabilidade da sociedade. A "democracia política enquanto método, ou enquanto procedimento, deve preceder qualquer grande realização que possamos exigir de uma democracia", estruturando-se sobre três condições essenciais: poder limitado da maioria, procedimentos eleitorais e transmissão do poder aos representantes. (SARTORI, 1994:29-30).

Retomando o tema da complexidade dinâmica da vida social moderna, os teóricos procedimentais defendem o inevitável processo de separação do cidadão comum das decisões políticas e econômicas. A crescente racionalização da produção e a consequente difusão de aparatos técnico-burocráticos para o controle da vida social dificultaram a participação política, pois na medida em que as decisões se tornam mais técnicas e menos políticas ficaria restringido o espaço de atuação do cidadão. Acreditamos existir entre os teóricos da democracia procedimental a convicção de que a

política seja uma atividade que cabe apenas aos representantes, reduzindo o papel do cidadão ao simples exercício esporádico do voto, identificando a política como assunto de especialistas³. Nessa vertente democrática, o ônus da racionalidade não recai sobre os eleitores, mas sobre os representantes eleitos, enquanto os eleitores não decidem sobre políticas concretas, mas escolhem quem vai decidir por eles. Afirma-se uma representação centrada na independência dos representantes frente aos representados e na limitada participação política, relegada ao momento do voto.

Já Weber evidenciava que na sociedade moderna capitalista a representação é um tema necessário, pois “a separação do trabalhador, dos meios materiais de produção, administração, pesquisa acadêmica e finanças em geral” é “a base comum do Estado moderno, nas suas esferas política, cultural e militar” (WEBER, 1978:985). Weber percebe o sufrágio universal como um sistema inevitável nos Estados capitalistas modernos, onde “as massas não podem mais ser tratadas como objetos de administração puramente passivo”, admitindo a participação política delas ao “colocar uma cédula eleitoral, fornecida já preparada pelos partidos, dentro de uma urna, a cada determinado número de anos”. Ao mesmo tempo em que aceita o sufrágio universal, Weber defende o instituto da representação, como instrumento de seleção de líderes capazes de controlar a “tirania da maioria”, dirigindo sem qualquer interferência popular (WEBER, 1980:79; 83).

Na mesma linha, Schumpeter acreditava que o povo não tivesse opiniões definidas e racionais sobre as questões políticas, interessado apenas nas questões que diretamente lhe afetam a vida diária, não passando de um “produtor de governos”, sendo a ação política responsabilidade de quem ele elegeu. As questões relativas às temáticas políticas mais amplas encontram-se tão remotas na vida da maioria das pessoas que, quando estas se deparam com tais assuntos, “perdem completamente a noção de realidade” e agem como “se movessem num mundo de ficção”, resultando em uma participação política marcada por um reduzido senso de responsabilidade, ignorância, falta de julgamento e impulsos irracionais. (SCHUMPETER, 1984:318-

³ Aquilo que Lacan chama de discurso da universidade, a autoridade é exercida pelo conhecimento especializado, identificando o binômio conhecimento-poder.

320). Neste sentido, a iniciativa na formulação das propostas políticas "está com o candidato", cabendo ao eleitor limitar-se "a aceitar essa solicitação em preferência a outras ou recusar-se a aceitá-la" (SCHUMPETER, 1984:352). Schumpeter centra o foco de sua teoria "realista" da democracia na competição das elites políticas pela legitimidade de tomar decisões em nome dos eleitores, considerando a "teoria da liderança competitiva (...) uma interpretação satisfatória do processo democrático" (SCHUMPETER, 1984:354).

Seymour Martin Lipset defende a representação no lugar da participação do "cidadão comum", que não tem capacidade de participar ativamente na vida política. A apatia popular, segundo Lipset, é um bem político, que deve ser estimulada, devendo-se deixar a política nas mãos dos políticos profissionais, que podem ser controlados no momento das eleições, escolhendo entre grupos de especialistas (LIPSET, 1963)⁴.

Criticando o "fetiche da democracia direta", Bobbio é contrário à participação direta do cidadão nas sociedades avançadas sempre mais especializadas e tecnocratas, devendo-se recorrer a "um governo representativo, que é uma forma de governo democrático corrigido, temperado ou limitado" (BOBBIO, 2003:151). Na opinião de Bobbio, ao introduzir o tema da representação, o liberalismo teve o mérito de revolucionar o princípio democrático da participação direta, que colocava os cidadãos frente a perguntas que poderiam ser respondidas simplesmente com sim ou não, produzindo decisões que não representariam as ideias dos cidadãos. Bobbio defende o instituto da representação contra qualquer "excesso de democracia", legitimando um modelo político onde os eleitores possam expressar sua "soberania" de tempo em tempo, no momento da eleição, escolhendo entre as opções que lhe são apresentadas por grupos organizados. Retomando as considerações de Dahrendorf sobre o "cidadão total", Bobbio condena "o excesso de participação" que teria como efeito "a sociedade da política e o aumento da apatia eleitoral", convencido que "nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia" (BOBBIO, 2006:26). Na opinião de

⁴ Segundo o politólogo Morris Jones, no "vocabulário da democracia liberal", a apatia é "um sinal de compreensão", tendo "um efeito benéfico sobre a vida política", representando "o contrapeso dos fanáticos que representam o verdadeiro perigo da democracia liberal" (MORRIS JONES, 1954:31) Em Bobbio, a apatia não é considerada "de forma alguma um sintoma de crise de um sistema democrático, mas como benévola indiferença" (BOBBIO, 1986:70).

Lamounier, o que Bobbio chama de “utopia participativa” é a incapacidade do povo de manifestar-se com coerência, pois “quando as pessoas se reúnem para apresentar projetos” geram enormes problemas pelo “certo grau de maluquês, de leviandade” que caracteriza seus comportamentos, colocando em perigo a estabilidade do sistema (LAMOUNIER, 1981:115).

Dahl associa o método representativo ao tema da complexidade do Estado moderno e a impossibilidade da participação popular, defendendo abertamente a solução da representatividade política:

(...) quanto menor for uma democracia maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade democrática, menor será a capacidade de lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes. (DAHL, 1998:110).

Na compreensão de Sartori, a participação popular inviabiliza a tomada de decisões, definindo a democracia como “um sistema ético político no qual a influência da maioria é entregue ao poder de minorias concorrentes” (SARTORI, 1957a:32). Segundo Sartori, “existem os governantes e os governados; de uma parte o Estado, e de outra, os cidadãos; os profissionais da política e os que se esquecem dela, exceto em raras ocasiões” (SARTORI, 1994:346). A representação aparece como um remédio contra a “irresponsabilidade política” do cidadão comum, que quando participa da vida política vive uma “sobrecarga emocional”, uma *overdramatization* das paixões, renunciando à reflexão e ao diálogo, provocando um clima de guerra civil. A participação política direta do cidadão comum é percebida como uma “ditadura da maioria” acarretando “distúrbio sem resolver”, desvendando “o poder físico do número, o que não é, absolutamente, um fato desejável” (SARTORI, 1962:101). Para Sartori, a questão fundamental é que o eleitor não participe das decisões políticas que devem ser entendidas como responsabilidade dos representantes. Apenas a escolha de um pequeno grupo de representantes permite uma redução importante dos “perigos democráticos”, pois, pergunta Sartori, “como supor que quem sabe eleger” também “saiba governar?” (SARTORI, 1957b:542)

Os teóricos da democracia liberal compartilham as noções de estabilidade e governabilidade, opondo-se a qualquer processo que pudesse modificar a separação

política entre os representados e os representantes, reduzir a desigualdade social e questionar as relações econômicas entre a “elite” e a “multidão trabalhadora”. A democracia liberal se afirmou como um regime político adversário do poder popular, criado nas nuvens etéreas da ciência política dominante, de acordo com as decisões tomadas por um reduzido grupo de dirigentes políticos, desvalorizando o significado originário da democracia, com seu caráter incluyente e participativo.

A crise da democracia liberal

Após a crise das democracias sociais nos anos 70 e o triunfo neoliberal dos anos 80 e 90 do século XX, no começo deste século a democracia representativa liberal volta novamente a ser questionada, apresentando evidentes sintomas de esgotamento e degradação, confundindo os interesses privados com aqueles públicos, apresentando uma contradição constante entre a expectativa da representação por parte dos cidadãos e sua prática política real. Acreditamos que, sobretudo nos últimos anos, o adjetivo “liberal” se emancipou do substantivo “democracia”, tornando-se o elemento predominante da relação, reduzindo a democracia a uma mera forma institucional, daí que o regime democrático-liberal deve ser entendido muito mais como liberal do que democrático. O *Ceci tuera cela*, de Victor Hugo, em “Notre-Dame de Paris”, pode ser hoje entendido como o liberalismo (*ceci*) tomou o lugar da democracia (*cela*), afirmando-se como um regime político representativo centrado na independência dos representantes frente aos representados e na limitada participação popular, reduzida ao momento do voto. Em nenhum dos regimes hoje considerados democráticos, o povo realmente governa, sendo substituído por uma minoria, que tende a perpetuar-se no poder, incentivando um processo de oligarquização da “representatividade” do corpo legislativo que perdeu qualquer relação com seus representados, agindo autonomamente, perseguindo os próprios interesses, violando o sentido da representação democrática. Como previsto no começo de século passado pelos teóricos elitistas Mosca, Pareto e Michels, a democracia contemporânea vive uma contradição permanente entre sua estrutura centrada no voto universal e distribuída de forma equitativa entre todos os cidadãos adultos, e seu efeito oligárquico. Ainda mais problemático é que hoje, a elite política não é aquela que se destaca no campo de governar, como previsto pela escola elitista, mas é aquela dos medíocres, transformando

a aristocracia de ontem em “caquistocracia”, entendida como o governo dos piores. Concordando com Slavoi Zizek, hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia liberal, “a vaca sagrada” que nenhum partido se atreve a tocar (HARVEY et al., 2012).

De fato, não foram os partidos, foi o povo que se levantou. Num mundo turvado pela hegemonia do capital e pelo “fim da história”, ninguém esperava, mas “aquilo apenas aconteceu”. No começo do novo século o regime democrático liberal entrou em crise, apresentando evidentes sintomas de esgotamento e degradação, confundindo os interesses privados com aqueles públicos e vivendo uma contradição constante entre a expectativa da representação por parte dos cidadãos e sua prática real. As críticas e os protestos populares se estão multiplicaram pelo mundo. Começou-se na América Latina no começo do novo século⁵ e a partir de 2009, uma série de insurgências democráticas sacudiram o mundo árabe⁶ e as democracias ocidentais⁷. Multidões de pessoas ao redor do mundo estão compartilhando uma indignação comum contra um processo de mercantilização da democracia, da liberdade, da justiça, da igualdade, repudiando um modelo de sociedade centrado nos interesses do mercado, legitimando a concentração da riqueza em poucas mãos. O slogan “*We are 99%*” exprime uma condição de universalização da pobreza, em oposição a uma minoria sempre mais rica e a um modelo de sociedade predatório, centrado na acumulação de riquezas sem fim para a minoria da população, explorando sem limites a terra, o trabalho e a vida. Grandes massas de estudantes, imigrantes, subempregados, desempregados e todos aqueles que

⁵ Com a virada do século em numerosos países da América Latina foram eleitos governos progressistas, como Hugo Chávez (1998), Lula (2002), Néstor Kirchner (2003) Tabaré Vázquez (2004), Evo Morales (2005), Daniel Ortega e Rafael Correa (2006) Fernando Lugo (2008). Acreditamos que sobretudo a experiência do novo constitucionalismo bolivariano ofereça elementos importantes para criticar e ressignificação a democracia liberal, possibilitando formas de participação direta nas decisões políticas por parte do cidadão comum e mecanismos de controle sobre o operado dos representantes.

⁶ Na esteira da revolução na Tunísia, aconteceram numerosas outras revoltas, como no Egito, na Argélia, no Líbano, na Jordânia, na Mauritânia, no Sudão, no Iêmen, no Bahrein, na Líbia, no Marrocos, na Síria, entre outros.

⁷ Foram numerosos os movimentos de revolta contra a ordem liberal, envolvendo dezenas de países. Como interessante exemplo, relatamos a experiência do dia 15 de outubro de 2011, quando uma rede global de movimentos *Occupy* organizou em 951 cidades de 83 países protestos e ocupações, que envolveram centenas de milhares de pessoas, reivindicando “democracia real”. “Em todos os casos, os movimentos agiram autonomamente, sem lideranças, rejeitando toda forma de organização formal, organizando-se na internet e em assembleias locais” (CASTELLS, 2013:9).

estão sob ameaça das políticas de austeridade estão mobilizados contra um modelo de democracia fundamentalmente antidemocrático, legitimando políticas de precarização do mercado de trabalho e de privatização dos bens comuns, do conhecimento e da cultura.

“Os mágicos da finança passaram de objetos de inveja pública a alvo de desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram derrubados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se” (CASTELLS, 2013:7). O regime democrático liberal perdeu progressivamente a sua legitimação popular, crescendo a desafeição pela classe política, fisiologicamente incapaz de identificarem-se com os sentimentos, as necessidades e os interesses dos seus representados. Alastrou-se, em todo o Ocidente, uma crise geral de confiança nas organizações políticas e nas instituições, definida pela ciência política como “desafeição”, “desalinhamento”, “volatilidade”, “intermitência”, podendo-se constatar a existência de dois mundos distantes e hostis entre eles, aquele relativamente homogêneo, dos políticos profissionais, e aquele variegado, dos cidadãos.

Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento democrático global. Começou no norte da África, derrubando as ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen, estendeu-se à Europa, com as ocupações e greves na Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, Chile, Estados Unidos, Brasil e dezenas de outros países. O detalhe crucial é que os mais recentes movimentos de massa ocorrem em países capitalistas sob o Estado de direito democrático. Em centenas de cidades em todo o mundo, houve uma mesma forma de ação: ocupação de bens públicos por parte de estudantes, trabalhadores, desempregados, aposentados, usando as redes de comunicação alternativas como forma de organização. Uma vez que todos os canais de expressão estão fechados pelo poder do dinheiro, os manifestantes decidiram ocupar os parques, as praças, as ruas “até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas” (HARVEY et al., 2012:61).

“Cada revolução precisa de uma questão de banquete”, lembrava Marx (1997). Hoje, é a democracia a principal questão de banquete. A crise do modelo liberal trouxe de volta na agenda política mundial, o tema da democracia, rediscutindo o tema da representação e da participação, questionando o mandato livre que delega o poder político aos políticos profissionais, organizados pelas elites dos partidos, protegidos por

uma linguagem técnica e por práticas burocráticas e financiados por subvenções privadas. Critica-se a representação liberal como uma fórmula política contrária à noção clássica de democracia, aquela do autogoverno popular, substituído por um regime representativo *tout court*, centrado na separação entre representados e representantes, entregando o governo e o processo decisório aos especialistas da política e relegando o eleitorado a “aceitar” ou “recusar” seus líderes, com certa regularidade. Neste modelo de democracia, a eleição confere poder a uma classe profissional que delibera acima das cabeças dos cidadãos, considerados, essencialmente, incapazes de decidir, sendo “na melhor das hipóteses, matéria inerte e maleável, ou, na pior, criaturas excitadas, sem regra, apresentando uma tendência ineliminável a colocar em perigo tanto a cultura quanto a liberdade” (BACHRACH, 1974:2). Os mecanismos de cooptação, a assimetria absoluta dos recursos organizacionais e a limitada participação popular reduzem a democracia liberal a uma competição entre “Blanc Bonnet e Bonnet Blanc”, esvaziando o significado clássico da democracia, relegando o povo à quase passividade, separando os representantes dos representados e impondo estruturas hierárquicas e antidemocráticas. Isso traz à tona o tema da representação como forma de mandato político e vínculo com os eleitores.

Reformulação da democracia liberal

Parafraseando o “Manifesto do Partido Comunista”, acreditamos que o espectro que ronda o mundo neste novo século é aquele da democracia. Hoje a crise da democracia liberal incentivou o debate sobre a participação para controlar e limitar influência das *lobbies* econômicas, incentivando o controle sobre os representantes. Os cidadãos estão questionando abertamente a legitimidade de uma representação controlada pelo poder, pelo do dinheiro e pela da mídia, reivindicando novos horizontes e novas perspectivas democráticas. Os novos movimentos políticos que se estão espalhando pelo mundo defendem a necessidade de reinventar a representação política, resumida a uma ocasional escolha entre candidatos que quase não podem ser diferenciados, refletindo sobre os limites do mandato eleitoral, as formas de controle popular sobre os representantes e os espaços reservados à participação popular. Reivindicam-se outras formas de democracia que incentivem a participação popular no processo de tomada de decisões políticas e mecanismos de controle sobre a atuação dos

representes políticos, abrindo novos campos de intervenção e de criação de espaços públicos, pluralizando os modos e âmbitos de exercício da participação, agindo nos assuntos que têm relação com a vida quotidiana, propondo campos de intervenção alternativos à teoria democrática hegemônica.

Para romper com o exclusivo monopólio dos políticos profissionais, grandes mobilizações populares reivindicam maior participação e menos representação, defendendo o ingresso do cidadão comum no processo de tomada de decisões para romper com o exclusivo monopólio dos representantes escolhidos. Incentivando a participação de forma direta dos cidadãos nas decisões governamentais e formas de controle sobre os representantes para estimular e controlar a “qualidade” da representação. A participação é percebida como instrumento para direcionar e controle a ação dos representantes, participando ativamente nas esferas decisórias. A participação é percebida como o elemento fundamental para o desenvolvimento das capacidades intelectuais do cidadão, pois quanto mais participação política ocorrer na vida dos indivíduos, mais eles estarão habilitados para tomar decisões políticas, rompendo com a lógica liberal dos especialistas nas questões políticas. A participação tem o mérito de reduzir a noção de distância entre o cidadão comum e os centros do poder, aumentando a preocupação individual com os problemas coletivos, estimulando uma cidadania ativa. Acreditamos que a participação é necessária para garantir a existência da democracia.

No lugar do paradigma do político profissional e da estrutura hierárquica, reivindica-se mais participação, surgindo por toda parte novas propostas democráticas, defendendo mecanismos para institucionalizar a participação. Os temas da participação e da representação entraram com força nas pautas políticas. Os cidadãos questionam abertamente a legitimidade de uma representação controlada pelo poder, pelo do dinheiro e pela da mídia, reclamando o direito de tomar decisões sobre o próprio destino, participando ativamente no processo de tomada de decisões. Rejeita-se a dicotomia liberal entre representante e representado, introduzindo formas de controle dos representados sobre a atuação dos representantes e institutos de democracia direta. A participação popular é um elemento indispensável do conceito originário da democracia, possibilitando ao povo soberano ter a oportunidade de tomar as decisões sobre o seu próprio destino em um processo de autodeterminação popular e de emancipação social, participando nas escolhas públicas e controlando os representantes.

O mecanismo da representação deve ser percebido como mais um artifício técnico para resolver a questão do governo legítimo no Estado moderno, colocando o fundamento normativo da legalidade no poder igualitário e participativo do povo soberano, “sem abandonar as enormes potencialidades que encerra o princípio da representação política nem abdicar de instituições que, refletindo esse princípio, têm sua origem em correntes políticas bem diferentes e secularmente enfrentadas à doutrina e aos movimentos sócio-políticos liberais”. Busca-se repensar a questão da representação, resgatando seu valor intrínseco e superando “a equivocada identidade” que se estabeleceu entre representação liberal e representação, expressando “com contundência a hegemonia conquistada pela ideologia liberal ao longo dos últimos duzentos anos” (VITULLO, 2009:289).

Os cidadãos sentem a mesma necessidade de discutir e reconstruir outra democracia e outra representação, indicando na rede uma possibilidade de combinar a participação com a representação. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e de diferentes condições sociais comunicam e se organizam. A rede não substituiu a praça, integrou-a e complementou-a. Hoje, o impulso de convocação não é mais lançado pelos partidos políticos, como no passado, mas por articulações autônomas de indivíduos, através do uso intenso da internet. As ferramentas tecnológicas se tornaram um elemento importante para resgatar as enormes potencialidades que encerra o princípio da representação, colocando os cidadãos em contato direto, garantindo-lhes a possibilidade de expressar diretamente a soberania popular. Os avanços tecnológicos, sobretudo no campo das comunicações e do sistema da mídia, tornam viável a participação direta do cidadão no processo de tomada de decisões, possibilitando mecanismos de consulta permanente e de controle sobre os representantes. As necessidades técnicas que justificaram o mandato livre hoje perderam significado. A rede criou as condições para uma maior participação dos indivíduos na vida política, possibilitando, com baixos custos, eleições frequentes, revogatória do mandato, consultas populares e referendos propositivos sobre as decisões mais importantes. A democracia direta se tornou possível através do uso de novas tecnologias capazes de zerar o peso das dimensões espaciais e numéricas, propondo novamente as condições da *Ágora* da *polis* grega. A rede tem a capacidade imediata de conectar instantaneamente todos com todos, reaproximando representantes e representados, os eleitores e os eleitos, quem está nos territórios e quem está nas

instituições. Perde significado a necessidade de mediação organizativa que fazia antes o partido tradicional. Como a invenção de Gutenberg possibilitou a reprodução de dezenas de milhares de exemplares da Bíblia, tornando tecnicamente viável a defesa do “livre exame” das sagradas escrituras por parte da Reforma protestante, eliminando a mediação institucional da Igreja no acesso à palavra de Deus, de igual modo, a tecnologia de Internet tornou possível a participação direta de cada cidadão no processo de tomada de decisões políticas, relativizando o papel dos representantes.

Conclusões

Na política como na vida, tudo que há um começo há um fim. Acreditamos que após a ascensão e consolidação do regime democrático liberal no século XX, seja chegado o momento de refletir o futuro democrático. São sempre mais numerosos os movimentos políticos que reivindicam outra democracia, mais participativa e menos representativa, exigindo mecanismos para controlar a ação dos representantes e para garantir a soberania popular direta. Apesar das instituições públicas, dos partidos políticos e dos meios de comunicação ignorar qualquer outra voz que não venha do parlamento, marginalizando e criminalizando a voz das praças, acreditamos ser necessário escutar e refletir sobre estas novas vozes que defendem conceitos tão antigos, resgatando os valores participativos e sociais que o conceito de democracia historicamente carrega. Busca-se mais democracia e menos liberalismo, rompendo com a tradição que percebe a política como assunto de técnicos e burocratas, introduzindo, com o aporte das novas tecnologias, mecanismos de controle e revogação dos mandatos parlamentares, além de espaços para exercer a soberania popular direta.

Referências bibliográficas

BACHRACH, P. 1974. *A teoria dell'elitismo democrático*. Napoli: GUIDA.

BOBBIO, N. 2006. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra.

BOBBIO, N. 2003. *Estado, governo, sociedade - para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra.

BOBBIO, N. 1983. I vincoli da democrazia. In: MANCONI, L. (org). *La política possibile*. Napoli: Pironti.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. 2004. *Dicionário de política*. Brasília: UnB.

BORON, A. (org.). 2006. *A filosofia política moderna: de Hobbes a Marx*. São Paulo: FFLCH.

CASTELLS, M. 2013. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar.

DAHL, 1998. R. After the triumph: what next? In: POLSBY, N; WOLFINGER, R. (orgs). *On parties: essay honoring Austin Ranney*. Berkeley: Institute of Governmental Studies.

DAHL, R. 1997. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.

DIAMOND, L; PLATTNER, M.2001. *The Global Divergence of Democracies*. Baltimore-London: John Hopkins University Press.

HARVEY, D. *et al.* 2012. *Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo.

HARVEY, D. 2008. *O neoliberalismo*. História e implicações. São Paulo: Loyola.

- HARVEY, D. 2004. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.
- KELSEN, H. 1998. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes.
- GALLINO, G. 2012. *Le ricchezze oscene*. Arrichirsi senza limiti. Pisa: Ets.
- LAMOUNIER, B. 1981. *Reflexões sobre os modelos de representação*. Conferência publicada em Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil. Brasília: UnB.
- LIPSET, S. 1963. *L'uomo e la politica*. Milano: Edizioni di Comunità.
- POPPER, K. 1974. *A sociedade aberta e seus inimigos*. São Paulo: Ed. Itatiaia
Disponível em
http://direitasja.files.wordpress.com/2012/12/karl_popper_a_sociedade_aberta_e_seus_inimigos.pdf.
- SARTORI, G. 1994. *A Teoria da Democracia Revisitada*. Ed. Ática, São Paulo.
- SARTORI, G. 1962 A teoria da representação no Estado representativo moderno. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 22.
- SARTORI, G. 1957^a. *Democrazia e definizioni*. Bologna: Mulino.
- SARTORI, G. 1957^b. La rappresentanza politica. *Studi politici*, n. 4, p. 527-613.
- SCHUMPETER, J. 1984. *Capitalismo, socialismo e democrazia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SEPULVEDA, L. 18 de Junho de 2012. Asturias: ¡Vivan los Mineros! *Carne de Blog*. Disponível em <http://www.lemondediplomatique.cl/Asturias-Vivan-los-Mineros.html>.
- VITULLO, G. julho-dezembro de 2009. Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 271-301.

WEBER, M. 1980. *Parlamento e Governo numa Alemanha reordenada*. Crítica Política do funcionalismo e da Natureza dos Partidos. Petrópolis: Vozes.

WEBER, M. 1978. *Economy and society – an outline of interpretative sociology*. Berkeley: University of Califórnia Press.

ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011

Sites consultados

<http://occupywallst.org/infotent/>. Acesso em: 10 de outubro de 2013

<http://www.democraciarealya.es/documento-transversal/>.

<http://occupywallst.org/>.

<http://www.beppegrillo.it/movimento/>